

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL- CAMPUS ERECHIM

ECOLOGISMO POPULAR E AGROECOLOGIA: AS CONTRIBUIÇÕES DO CAPA E DO CETAP E A ESTRUTURAÇÃO DA REDE ECOVIDA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO.

Marjana Vedovatto
Marcio Freitas Eduardo

Resumo: A modernização da agricultura trouxe consigo um processo de especialização, caracterizada especialmente pela presença da monocultura. Esse processo gerou impactos de cunho socioeconômicos e ambientais. Dentre eles a perda da biodiversidade de produção, além da diminuição de autonomia na gestão da própria unidade de produção. Há também um aumento da concentração fundiária que conseqüentemente é uma das problemáticas que ocasiona o êxodo rural e aumento da pobreza no campo. Nesse contexto, contraditoriamente paralelas a expansão do agronegócio, vem surgindo e ganhando força, iniciativas e articulações de resistência agroecológicas. Surge então, entre as décadas de 1970 e 1980, na região Sul do Brasil, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), que são organizações não governamentais de apoio aos pequenos agricultores, com o intuito de pensar alternativas à exclusão gerada pelo modelo de desenvolvimento baseado na Revolução Verde, onde se enfatiza a resistência ao agronegócio e a adoção da agroecologia como modelo de produção agrícola. O presente projeto surge com o objetivo de melhor entender como se deu o processo de organização destas entidades. A idéia de ecologismo popular surge do pressuposto que a degradação ambiental é, em grande medida, consequência da desigualdade gerada pela sociabilidade capitalista. Para Alier (2007), o ecologismo não é só uma preocupação dos países ricos, “desenvolvidos”, mas é também preocupação dos países pobres, que se viram obrigados a depredar seus patrimônios naturais para sobreviver no encalço do desenvolvimentismo. O ecologismo popular agrega movimentos sociais, sindicatos, entidades entre outras organizações – e ações atomizadas – que reivindicam soberania sobre seus territórios e denunciam os impactos sobre a água, o ar, os solos, a biodiversidade, os alimentos etc., como resultado da produção capitalista do espaço e das relações sociais. O objetivo principal da pesquisa está pautado no estudo de como tais entidades potencializam a autogestão e articulações regionais no fomento de projetos de produção e comercialização de produtos agroecológicos. E em que nível essas ações caracterizam-se como sociabilidades emergentes de contra-racionalidade ao capital, dialogando com os pressupostos do Grupo de Estudos Anticapitalismo e Sociabilidades Emergentes (GPASE). Assim, procura-se interpretar os processos de reconstrução e agenciamento identitários como modalidade de luta política e social pela reapropriação de territórios. A metodologia de pesquisa é pautada na investigação qualitativa utilizando-se de planejamentos e levantamentos de informações preliminares, e pesquisa documental. Pretendendo demonstrar a complexidade da questão agrária, ecológica e camponesa contemporâneas.

Palavras-chave: Agroecologia; Ecologismo Popular; Organizações Populares; Autogestão; Território.

Introdução.

Com o neoliberalismo, o modelo latifundiário precisou se dinamizar a ponto de conseguir se constituir como atividade com capital próprio e para isso utilizou-se da revolução verde. Com esta base pôde se desenvolver com mais ênfase também no campo. Inicia-se então o processo de intensificação da conversão da produção tradicional para a moderna agricultura, impulsionada principalmente pelo Estado e pelas empresas multinacionais. Com isso, começa se consolidar no Brasil o recente modelo agroexportador, que intensifica ainda mais a monocultura. Com isso o agronegócio, juntamente com o capital, vem tendo sucesso na eliminação do modo de produção camponês não somente através de sua expulsão do meio rural, mas também integrando o pequeno produtor familiar-camponês na lógica do capital no campo, sendo essa a lógica do já mencionado agronegócio consorciado com as corporações transnacionais e articulado com governos.

Assim, ocorre a monopolização do território, onde o capital, de maneira direta, toma o território camponês, se apropriando do mesmo, ou ainda a territorialização do capital, que se trata de quando o capital de maneira indireta toma o controle da produção familiar camponesa, através de diferentes ferramentas (integração com cooperativas de produção de aves ou suínos), subjulgando a produção e a autonomia do pequeno agricultor ao interesse do capital. O atual cenário e a trajetória do agronegócio nos demonstram a capacidade que o capital teve de se implantar e se inserir no campo brasileiro. Com o avanço do agronegócio, também aumentaram as desigualdades, tanto sociais como econômicas. A partir disso, começam surgir formas de resistência ao modelo hegemônico. Sendo uma delas a agroecologia.

Ao ponto que a agroecologia vem ganhando força dentro das teorias agrárias, também por muitas vezes vem sendo tratada de modo desvinculado dos aspectos econômicos e sociais à ela inerentes. Dentre as inúmeras definições e diferenciadas visões a cerca da agroecologia, a nossa leitura compartilha da ideia que a agroecologia, enquanto fenômeno de contra-racionalidade, trata-se mais que uma simples dimensão ecológica de produção agrícola ou um simples conjunto de técnicas para o manejo de agrossistemas sustentáveis, mas sim afirmando-se como potência ao desenvolvimento territorial camponês, na construção do que denominamos por “paradigma ecológico-camponês”.

Dentro da lógica agroecológica, os grupos tidos como “contra-hegemônicos”, em função de sua resistência contra o modelo do agronegócio, cada vez mais se tornaram ecológicos, o que faz com que se desperte o fato de que suas perspectivas de desenvolvimento pressupõe a luta pelo território e sua

gestão sustentável, incluindo seu viés econômico, político, cultural e natural. Desse modo, tanto a luta pela sua unidade de produção quanto a reprodução da vida acaba colocando os camponeses diante da ecologia.

Objetivos:

Estudar as ações do CETAP e do CAPA na estruturação da rede Ecovida de Agroecologia na região do Alto Uruguai gaúcho, no intuito de identificar articulação regional de iniciativas e aspectos autogestionários de organização territorial. Além de compreender o contexto pelo qual a temática ambiental, e mais especificamente aspectos concernentes a agroecologia, surge nas organizações. Coletar material documental e levantar informações em âmbito do CAPA, do CETAP e da Rede Ecovida de Agroecologia, a partir disso analisar o material recolhido, compilando os esquemas práticos e simbólicos que cada grupo utiliza em suas ações, no que relaciona-se com a agroecologia.

Evidenciar, no âmbito das organizações estudadas, como a busca de uma perspectiva de sustentabilidade ambiental baseada na agroecologia informa projetos de desenvolvimento alternativos ao modelo atual, identificando se as ações das organizações potencializam a autogestão e a articulação em rede das iniciativas agroecológicas entre sujeitos e instituições na região do Alto Uruguai gaúcho. E assim, descrever os avanços, as dificuldades e os desafios quanto à territorialização da agroecologia regionalmente, na leitura das organizações estudadas.

Resultados e Discussões:

Como resultado final deste relatório, procuramos enfatizar os problemas mais significativos encontrados a cerca do atual modelo de produção baseado nos preceitos do agronegócio juntamente com os movimentos de resistência baseados na agroecologia. Entendendo Agroecologia não só como um modelo de produção, mas sim como uma outra lógica de relação com o meio. Buscou-se entender como se deu o surgimento das entidades de apoio à esses grupos de agricultores familiares que aderiram à agroecologia.

Sendo que no Brasil, apesar das agressões à natureza relacionadas ao desmatamento e queimadas, foi a modernização da agricultura em 1960, intensificada na década de 70 com a Revolução Verde, que acentuaram o surgimento de problemas ecológicos ainda mais graves com a implantação de pacotes tecnológicos de produção, destinados á maximizar o rendimento dos cultivos. O agronegócio, entendido enquanto modelo de desenvolvimento econômico que exclui e que acentua a

fome, as desigualdades sociais e a degradação à natureza, vem sendo o alvo das críticas geradas em torno da questão agrária. A modernização da agricultura atingiu seu ápice em 1980, com as políticas neoliberais de inovação nos setores econômicos. Esse processo de modernização se deu a partir de conhecimentos proporcionados pelo desenvolvimento da genética, da química e da biotecnologia, proporcionando a produção de insumos químicos, sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos, que passaram a ser chamados de pacotes agrícolas. Nesse modelo, é possível afirmar que cada vez mais se faz necessária a busca por novas tecnologias para garantir a produção e o aumento das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Seguindo a lógica global, a agricultura passou a criar maior quantidade de produção, porém também passou a demandar cada vez mais quantidade de produtos químicos.

Com isso, algumas empresas se especializaram nas tecnologias relacionadas à agricultura, e passaram a se integrar e dominar o mercado agrícola. E com a estruturação do Agronegócio passou a controlar e definir os rumos da agricultura mundial. Assim o capital rompe com a agricultura camponesa tradicional, fazendo com que essa se torne dependente de uma agricultura camponesa integrada às grandes empresas multinacionais. O modelo do agronegócio já se mostrou ineficiente em solucionar a problemática da fome mundial, o qual era divulgado como seu objetivo principal. Dessa forma se faz necessário a reestruturação nas práticas agrícolas para garantir a produção de alimentos de qualidade e a revalorização da unidade de produção levando em conta a relação do homem com a natureza.

Em contraponto ao agronegócio, tem surgido e ganhado força iniciativas e articulações de resistências agroecológicas que vão contra o modelo hegemônico. Com elas se desenvolve a ideia de Ecologismo Popular, ligada ao pressuposto de que a degradação ambiental é consequência da desigualdade gerada pela sociabilidade capitalista. O ecologismo popular surge do conflito entre economia e ecologia, da descrença no crescimento econômico como valor universal na negação dos mecanismos de mercado, da economia de valor de uso, do lucro e a necessidade da incessante expansão dos mercados.

No sentido de buscar compreender como se estabelece a relação entre ambiente e sociedade, se faz necessário enfatizar a forma de apropriação da natureza realizada pela dinâmica capitalista através de sua concepção de desenvolvimento, justamente por ser este um dos principais elementos causadores de conflitos ambientais. Segundo autor Joan Martinez Alier em sua obra O Ecologismo dos Pobres, tem-se dedicado a interpretar e problematizar alguns dos pilares essenciais do pensamento ambientalista visando sistematizar e apresentar a vertente do “ecologismo popular”. Parte da forte oposição quanto a ideia de que o ecologismo dos países do “Norte” era

iniciativa dos mais ricos. Segundo esta concepção, o autor afirma que a preocupação com o ambiente ocorreria após a satisfação das necessidades essenciais, podendo assim dedicar-se a tais atividades, geralmente envolvendo casos muito pontuais e descontextualizadas como a defesa de espécies ameaçadas, a preservação de bosques, entre outros.

O conceito de Ecologismo Popular constitui-se em um ecologismo que emerge da pobreza, enquanto há um ecologismo que emerge da abundância, conforme ocorrido nos países do “Norte”. Neste caso pode-se afirmar que o autor defende a ideia de que existem dois tipos de ecologismo, um que pretende realizar a defesa da natureza levando em conta o seu viés estético e pelo fim de seus recursos hídricos. Já o outro ecologismo, nasce da própria necessidade de sobrevivência, pois a natureza está de fato vinculada diretamente à essas pessoas.

A partir das inúmeras problemáticas inerentes ao desenvolvimento econômico e tecnológico, alguns grupos ligados ao ecologismo popular por seus estilos de vida, se viram prejudicados, não só financeiramente, mas acima de tudo culturalmente e socialmente. Como é o caso dos Pequenos Agricultores da região sul do Brasil, especificamente no Alto Uruguai Gaúcho, onde a estrutura fundiária é caracterizada pela presença de pequenas propriedades de terra, a maioria delas ainda com cultivo de cunho familiar.

Com o aumento do êxodo rural, a diminuição da sucessão familiar, individualismo dos agricultores, perda da autonomia produtiva e de gestão da unidade de produção, começam surgir iniciativas de resistência ao modelo do agronegócio. A ideia de uma agricultura sustentável que não siga a lógica do desenvolvimentismo e da revolução verde vai se difundindo e ganhando força. Aos poucos formam-se organizações que defendem e apoiam a agroecologia como caminho para a autonomia. Dentre elas o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) e o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas e Populares).

O CAPA é uma organização não-governamental, criada em 1978, que busca contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural. A luta é pela afirmação da agricultura familiar como parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Atualmente, o trabalho do CAPA atende agricultores familiares, agricultores assentados, quilombolas, indígenas e pescadores profissionais artesanais, organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas. Sua atuação se dá em diferentes regiões dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, por meio de cinco núcleos ligados em rede. As equipes técnicas, formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e

comunicação, prestam assessoria na organização social e política, na formação e na produção econômicas das famílias beneficiadas.

O CETAP é uma organização da sociedade civil criada em 1986. Desde o início tem em sua constituição a participação de sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de agricultores familiares e movimentos sociais do Rio Grande do Sul. Constitui-se como entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública e com Fins Filantrópicos. Sua criação foi motivada pela percepção e necessidade de mudança de uma realidade de crise sócio-ambiental cujas tendências apontavam para o agravamento. Na região do Alto Uruguai Gaúcho, a chamada “revolução verde” (que trouxera a “modernização conservadora” da agricultura) já apresentava seus efeitos mais dramáticos: o aumento das desigualdades sociais no campo associado à aceleração da degradação ambiental pelo processo agrícola (especialmente evidentes na erosão e contaminação do solo, na contaminação da água, dos alimentos e dos trabalhadores rurais, na erosão genética).

Diante disso, técnicos, agricultores e suas organizações buscaram na criação do CETAP um espaço para a construção de uma outra proposta tecnológica, de organização da produção e de desenvolvimento rural. O CETAP tem a missão de contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos.

Com a fundação dessas duas ONG's, foi possível dar início à estruturação da Rede Ecovida de Agroecologia o que fez com que o mercado direto de produtos agroecológicos ficasse ainda mais forte. A Rede surge com o objetivo de facilitar o acesso da certificação agroecológicas desses produtos, trabalhando com o processo de certificação participativa. Onde a lógica da certificação é baseada na participação de todos os produtores e visa o crescimento do modelo agroecológico como meio social e econômico, pelo bem dos produtores, consumidores e da natureza. Além da certificação participativa, a Rede também incentiva o trabalho cooperado, agroindústrias, sistemas agroflorestais, reprodução de sementes crioulas. Dessa forma, os agricultores dispostos à uma transição agroecológica, recebem o apoio e o acompanhamento técnico necessário para a adoção da prática agroecológica.

Conclusão:

Assim, constata-se a importância da agroecologia, que aliada aos pressupostos da ecologia popular, coloca-se não apenas como mais uma forma de gerir o trabalho na agricultura, mas denota

uma forma de subverter as leis impostas pelo modelo calcado na Revolução Verde difundidos pelos países desenvolvidos. Cabe ressaltar, no entanto, que não podemos tomar a agroecologia como um pressuposto fechado, de caráter meramente técnico, a exemplo dos paradigmas que até hoje guiaram a extensão rural brasileira. E dentro disso, a importância dos centros de apoio e incentivo, onde os agricultores são capazes de manter-se organizados e de poderem trocar experiências, difundindo a agroecologia a fim de cada vez mais se mostrar resistente frente as apropriações do capital através do agronegócio.

Bibliografia:

ALIER, Juan M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.

SAQUET, Marcos. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.